A migração intrametropolitana no Distrito Federal e Entorno: o conseqüente fluxo pendular e o uso dos equipamentos urbanos de saúde e educação[1]

Eduardo Pessoa de Queiroz[**]

Palavras-chave: migração intrametropolitana; fluxo pendular; equipamentos urbanos.

O processo de migração é devido a uma variedade de motivos, entre os quais os econômicos e sociais. Nesses últimos, entre outros fatores, deve-se incluir a utilização de equipamentos urbanos, especialmente os de educação e saúde. Os centros das regiões metropolitanas são alvos preferenciais em relação ao afluxo de pessoas na busca de tais equipamentos. As localidades do Distrito Federal (DF) e Brasília não fogem a regra. A pressão sobre o uso dos equipamentos urbanos coletivos se dá no DF, também, pelas demandas criadas nos municípios do Entorno de Brasília, pertencentes a outras unidades da federação, e que não são supridas nas localidades de origem. Assim, forma-se mais um exemplo de fluxo pendular metropolitano. Um dos fatores que explicam tal processo é o modo como a urbanização foi implantada na região. A urbanização de Brasília foi concebida de uma forma segregacionista. Criou-se um núcleo rodeado por algumas localidades, que até 1998 eram chamadas de cidades satélites. Essas foram criadas para a abrigar a população de baixa renda que se formava bastante próxima à área central. Contudo, o processo extrapolou os limites do quadrilátero do DF e chegou a áreas dos estados de Goiás e Minas Gerais. Assim, não se pode desvincular o crescimento urbano-populacional do Entorno ao processo de urbanização do Distrito Federal. Conseqüentemente, os equipamentos urbanos de Brasília e suas localidades passaram a ser alvo das populações das cidades adjacentes, o que fez, e ainda faz, o atendimento hospitalar e educacional ser pressionado para ambas as populações. Para amenizar tal situação, uma alternativa que se apresenta é a adoção de práticas de cooperação intermunicipal pelas partes integrantes do Entorno do DF, ou seja, os municípios, com o respaldo dos estados envolvidos.

---

[1] Trabalho apresentado no XV Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP, realizado em Caxambú- MG – Brasil, de 18 a 22 de setembro de 2006.

[**] Mestrando em Geografia pela Universidade de Brasília.

A migração intrametropolitana no Distrito Federal e Entorno: o conseqüente fluxo pendular e o uso dos equipamentos urbanos de saúde e educação[2]

Eduardo Pessoa de Queiroz[3]

Introdução

Quais são os motivos que levam as pessoas a deixarem seu locais de origem em direção a uma nova localidade? O que explica o fenômeno da migração nos países subdesenvolvidos na atualidade? Pessoas realizam migração buscando atendimento médico e educacional? Essas indagações parecem possuir respostas óbvias. Contudo, o processo de migração não é explicado apenas por um motivo ou por uma lógica que seja definitiva para todos os casos. O fluxo de pessoas é bastante comum dentro dos limites territoriais de um país e fora também. A busca por melhores condições de vida talvez seja a principal razão para a movimentação populacional. No Brasil, a questão não é diferente.

A procura por localidades que historicamente oferecem melhores condições para as pessoas é uma prática ainda muito persistente no país. Na atualidade, novos centros de atração populacional ganham um espaço antes ocupado por pólos tradicionais de afluxo populacional, como as cidades de São Paulo e Rio de Janeiro, as quais vêm apresentando índices mais baixos de migração em relação aos indicadores de décadas anteriores. Novas localidades de atração populacional surgiram nas últimas décadas, como as cidades de Goiânia e Brasília. Dentro dessas novas cidades receptoras de fluxos populacionais dos mais diversos locais do país, forma-se uma migração paralela, que é a migração pendular, resultado da formação de verdadeiras regiões metropolitanas nas duas cidades. Em Brasília, em que o processo de migração intrametropolitana e o fluxo pendular possuem relações intensas com o modelo de urbanização adotado na cidade, percebe-se a constituição de um espaço urbano segregado, semelhante aos outros centros do país.

Brasília surgiu em uma era de transição em que o Brasil deixava de ser rural para tornar-se um país urbano. Nesse período, meados do século XX, a nação como um todo passava por mudanças, principalmente na constituição de novos espaços de exploração. Um exemplo foi a expansão da fronteira agrícola para as regiões Norte e Centro-Oeste. Paralelamente, houve também uma expansão da fronteira urbana, como afirma Steinberger (1999). Goiânia e Brasília são exemplos desse processo de mudanças que ocorreu em escala nacional. Essas cidades tiveram importância ímpar em todo esse processo de integração e desenvolvimento do país (Leme, 2003). A capital federal teve, durante décadas, um crescimento demográfico considerado alto, formando um aglomerado que extrapolou as fronteiras políticas do Distrito Federal (DF), ou como dizia Santos (1993), ocorreu a "dissolução da metrópole". Contudo, não houve apenas uma dissolução em relação à influência da cidade perante as outras, em Brasília houve também uma dissolução territorial, ou seja, uma expansão física do espaço metropolitano. Assim, o Entorno do DF se transformou em verdadeiro 'apêndice' da capital federal, uma expansão problemática para muitos. Pessoas influentes, intelectuais, a mídia e, conseqüentemente, a própria população do DF, entre outros, encaram o Entorno do DF como uma região de problemas. Porém,

---

[2] Trabalho apresentado no XV Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP, realizado em Caxambú- MG – Brasil, de 18 a 22 de setembro de 2006.

[3] Mestrando em Geografia pela Universidade de Brasília.

esquecem-se, às vezes, que esse conjunto de municípios sofreu transformações profundas com o processo de urbanização de Brasília.

Alguns problemas enfrentados pela população do Entorno na atualidade são frutos da urbanização no Distrito Federal ao longo de quatro décadas. Um exemplo é a falta de equipamentos urbanos e empregos nas cidades que compõem a região. Uma conseqüência é o intenso processo de migração pendular, caracterizado pela movimentação diária de milhares de pessoas para o centro econômico da cidade, o que ocorre na região entre os municípios vizinhos ao DF, principalmente os pertencentes ao estado de Goiás e Brasília, juntamente com suas localidades. A busca por empregos, serviços hospitalares e até educação, entre outros, explica essa movimentação populacional. Nesse aspecto, Brasília não difere muito das outras metrópoles do país. Entretanto, é provável que a grande diferença entre elas esteja na própria constituição da região periférica de Brasília, constituída por meio de uma segregação planejada, que inclui algumas localidades internas do DF e os municípios goianos adjacentes ao quadrilátero, formando, portanto, uma região metropolitana[4] entre o Distrito Federal e o estado de Goiás. Contudo, o problema não se restringe à expansão dos limites geográficos de cada unidade, mas inclui a condição social da maioria da população da região. Assim, a assistência social às pessoas residentes na região não acompanhou o seu ritmo de crescimento, resultando em pressão nos equipamentos urbanos no DF, desemprego em escala regional e altos índices de violência.

Este trabalho possui a ambição de analisar a procura por atendimentos médicos e educacionais no Distrito Federal por parte da população das cidades do Entorno de Brasília. A análise parte do pressuposto que alguns problemas da região foram gerados pelo processo de urbanização de Brasília, a migração para a nova capital que ocorreu durante décadas e pela pequena oferta de equipamentos urbanos coletivos nos municípios adjacentes ao quadrilátero do DF.

Brasília e sua urbanização

O modelo de urbanização adotado em Brasília, considerando a amplitude social e espacial do processo, seguiu o modelo empregado no Brasil. Mesmo sendo uma cidade planejada, a conjuntura socioespacial não difere tanto, em sua essência, de outras metrópoles. Brasília é um complexo urbano polinucleado, possuindo como centro a área denominada Plano Piloto. Várias são as características históricas que arquitetam tal processo, mas todos direcionam para a segregação de grande parte da população.

Pensada com propósitos definidos pelo Estado e por atores sociais influentes, Brasília foi tida como solução, como afirma Steinberger (1999, p.35):

“Brasília foi pensada como solução. Os problemas estavam fora do território a ser construído. Sua posição central e sua localização em uma área, geostrategicamente escolhida,

[4] Oficialmente não é possível atribuir à região do Entorno do Distrito Federal o título de região metropolitana. O Entorno engloba municípios de duas unidades da federação distintas. O artigo 25 da Constituição Federal no seu parágrafo terceiro atribui esse *status* somente a unidades federativas estaduais. O Distrito Federal não é um estado como os outros, então, não detém o direito, perante a constituição, de ostentar tal título. Contudo, apresenta todas as características das demais regiões metropolitanas do país.

eram uma bandeira da antiga classe dirigente do país, destinadas a resolver os históricos problemas nacionais e regionais de interiorização do desenvolvimento e de integração do território nacional por meio da expansão da fronteira econômica. Portanto, foi concebida como pólo de desenvolvimento regional. Ao mesmo tempo, foi concebida para ser capital da República, ou seja, centro político de decisões".

Como pólo de desenvolvimento, Brasília teve o papel de integração da região Centro-Oeste com o restante do país. Contudo, esse desenvolvimento não alcançou a sua região mais próxima. As localidades contíguas ao DF não desfrutaram do mesmo desenvolvimento que o centro. Assim, as antigas cidades satélites e os municípios do Entorno cresciam em função da demanda de empregos que o núcleo, Plano Piloto, ofertava, ou seja, criou-se um laço de dependência que persiste nos dias atuais. Na atualidade, o Entorno ainda não constituiu uma economia autônoma em relação à Brasília.

Dentro deste contexto, as cidades, a infra-estrutura oferecida e a própria renda da população sofreram espacializações segregantes. A ação do mercado imobiliário e o próprio Estado criaram a conjuntura e o arranjo socioespacial do Distrito Federal atual. Estas ações influenciaram a expansão da cidade e da sua *hinterlândia* mais imediata, por isso seria tendencioso falar que o processo de urbanização de Brasília termina com os limites geográficos do quadrilátero do DF.

O Entorno atual, em sua aparência e essência, também é um resultado de Brasília que demonstra, pelas ações já adotadas pelos gestores do DF, abster-se da culpa pelo processo ou pelos problemas resultantes de sua criação. A região do Entorno absorve parte do total populacional que se direciona para as cidades do DF, mas que não consegue fixar-se nestas localidades pelos altos preços do solo urbano, dos aluguéis e das dificuldades de acesso ao espaço agrário. Idéia parecida já era comentada por Campos (1998, p.110) quando afirmava que "A limitada oferta de terra urbana tem constituído um fator de aguçamento dos problemas socioespaciais presentes em todo o processo de formação do espaço urbano de Brasília". Complementando a idéia, é possível afirmar que isso não ocorre apenas no espaço urbano de Brasília, mas no espaço segregado do Entorno do Distrito Federal.

As características citadas, além de outras, ajudaram a criar o estigma do Entorno como problema para Brasília. Os meios de comunicação divulgam que a população da região do Entorno sobrecarrega o sistema hospitalar e escolas do DF, além de participar no aumento dos índices de violência em toda a região. Essas informações, tão rotineiras na vida da metrópole brasiliense, possuem uma verdade relativa. Essa região deve ser pensada como um problema de Brasília. Às vezes, esquecem que a ampliação, a constituição, a essência e a aparência do Entorno são, também, conseqüências da urbanização e do crescimento urbano desordenado das localidades do Distrito Federal que 'empurraram' parte de sua população, incluindo os seus problemas, para a região denominada Entorno. Não se pode culpar somente a população da região pelas mazelas que eles próprios enfrentam. Boa parte da culpa deve-se aos agentes políticos, pelas suas ações duvidosas ao longo de quatro décadas e atores imobiliários que lucraram com a grilagem de terra pública na região.

Chega-se, assim, à discussão sobre os limites de Brasília. Muitos ainda tratam a cidade como a área central, ou seja, o Plano Piloto. O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) considera Brasília o único município do DF, englobando a população de todas as regiões administrativas. A partir da última década, alguns autores, vêm tratando a cidade como um aglomerado urbano (**ver figura 1 no anexo**) que já extrapolou os limites políticos do quadrilátero do DF. Steinberger (1999, p.27) afirma a esse respeito que "Não há mais sentido em abordar Brasília – Plano Piloto, nem mesmo o quadrilátero do Distrito Federal, isoladamente, sob pena de reiterarmos o erro já reconhecido pela antiga capital federal". É necessário acrescentar que Brasília influencia uma região maior (**ver figura 2 no anexo**), que inclui vários municípios dos estados de Goiás e Minas Gerais, sendo conhecida como Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (RIDE), uma verdadeira alternativa para a impossibilidade de constituição legal de uma região metropolitana entre um estado e um Distrito Federal. Logicamente, ao se referir a Brasília, devemos perceber uma influência em escala bem maior, pois Brasília é uma metrópole nacional e o centro político do país, exercendo poder sobre todos os cantos do território nacional. Corroborando esta idéia, Santos (1993, p.91-92) afirmava que:

> "Hoje, a metrópole está presente em toda parte, no mesmo momento, instantaneamente. Antes, a metrópole não apenas não chegava ao mesmo tempo a todos os lugares, como a descentralização era diacrônica: hoje a instantaneidade é socialmente sincrônica. Trata-se, assim, da verdadeira 'dissolução da metrópole', condição, aliás, do funcionamento da sociedade econômica e da sociedade política".

A força de Brasília como metrópole é mais perceptível nos seus arredores, pois condiciona funções à sua região circundante, como as localidades que abastecem os mercados brasilienses, principalmente com gêneros alimentícios. Mesmo tendo relações comerciais com o DF, o Entorno ainda busca novos atributos dentro da divisão territorial do trabalho em que a capital Brasília se insere. A população de vários municípios da região ainda depende da oferta de emprego ofertada no Distrito Federal. A busca por atividades que dinamizem a economia das localidades próximas ao DF deve ser um objetivo dos gestores dos municípios da região e do próprio Governo do Distrito Federal.

Pensar Brasília isoladamente significa esquecer-se do processo histórico de urbanização que teve início com a mudança da capital do Rio de Janeiro para o Brasil central e continua nos dias atuais com a ocupação desordenada do solo. A resultante exclusão, proporcionada por tal processo, se acentua na atualidade, sendo verificada facilmente nas ocupações urbanas sem planejamento e em áreas impróprias, que muitas vezes degradam o meio ambiente e não garantem moradia digna às populações mais carentes. Os equipamentos urbanos exemplificam tal segregação. Alguns poucos podem usufruir de sistemas educacionais e de saúde com qualidade. A maioria, incluindo, principalmente, as pessoas que moram nas cidades do DF e no Entorno, depende única e exclusivamente dos equipamentos urbanos público de Brasília, o qual se tornou deficitário com o decorrer dos anos. Como o DF tornou-se solução para as populações da região do seu Entorno, um fluxo migratório pendular se direciona para localidades dentro do quadrilátero, buscando algo que não encontra nas cidades de origem.

Migração no Distrito Federal e no Entorno e o fluxo pendular

O afluxo migratório para a nova capital do país começou com a sua construção, na região do planalto central, em meados da década de 1950. Milhares de pessoas se deslocaram do Nordeste do país, dos estados de Minas Gerais, Goiás e outros do Sudeste e do Sul. O contingente que chegava ao canteiro de obras não teria como residência a área destinada aos servidores públicos que chegavam do Rio de Janeiro. Os candangos se alojaram em assentamentos improvisados nas proximidades do Plano Piloto. Os gestores da época não dimensionaram com precisão o estabelecimento das pessoas que chegavam a capital. Era sabido, entretanto, que elas não podiam ficar no Plano Piloto e foram deslocadas para novos assentamentos - distantes a algumas dezenas de quilômetros do centro. Tais localidades seriam posteriormente denominadas Cidades Satélites. Assim, iniciava-se um intenso processo de migração para o Distrito Federal (DF) e do uso do seu território.

Durante as primeiras décadas de existência da nova capital, o índice de crescimento populacional no DF era um dos mais altos do país. Na década de 1960, a população passava de 140 mil para aproximadamente 537 mil habitantes em 1970, tendo um crescimento médio anual de 14,4%[5]. Os primeiros candangos, em sua maioria, fixaram-se na Cidade Livre, hoje a atual Região Administrativa do Núcleo Bandeirante. Porém, muitas pessoas, principalmente os recém chegados à Capital, eram direcionados a assentamentos mais distantes do Plano Piloto, o que deu origem a Taguatinga, Gama, Guará, Sobradinho e, posteriormente, Ceilândia. Mesmo com o surgimento dessas localidades aumentava a demanda por habitação, principalmente para a população de baixa renda.

A década de 1980 foi marcada, entre outros fatos, pela diminuição do crescimento populacional no Distrito Federal para um patamar de aproximadamente 2,84% ao ano[6]. No final dessa década, surgiram novas cidades dentro do quadrilátero, que entre outros, tinham o objetivo de suprir parte do déficit habitacional. Surgiam, assim, as cidades de Samambaia, Recanto das Emas, Santa Maria e Riacho Fundo. Porém, o crescimento populacional que diminuiu consideravelmente, em relação à década anterior, não significou uma perda de atração migratória por parte do DF, mas sim um redirecionamento do fluxo para a região mais próxima do Distrito Federal, ou seja, o seu Entorno. Os dados da tabela 1 mostram o crescimento populacional nos municípios da região na década de 1990 e demonstram os resultados das mudanças iniciadas na década anterior.

No inicio da ocupação de Brasília, ou seja, no final da década de 1950 e início dos anos de 1960, algumas localidades do Entorno já ofertavam lotes para residências, segundo Caiado (2001, p.116). Porém, a ocupação maciça desta área tem início no final da década de 1970. As razões para a ocupação do solo nas áreas imediatas ao DF são variadas, entre elas, pode-se citar, o alto preço do imóvel em Brasília e suas localidades e a restrição de uso do solo para meios urbanos. Apesar dessas dificuldades, muitas áreas foram ocupadas de forma ilegal por milhares de pessoas, por meio do processo de grilagem e a conseqüente criação de novas localidades e condomínios.

---

[5] Conforme informações de Guimarães e Leme.
[6] Conforme informações de Caiado.

		Tabela 1			
População Urbana, Rural e Taxa de Crescimento entre 1991 e 2000 - Municípios da RIDE					
	Municípios	População residente			Taxa de crescimento
		Total	Urbana	Rural	
	Abadiania	11.452	7.206	4.246	2,24
	Agua Fria de Goiás	4.469	1.603	2.866	1,32
	Aguas Lindas de Goiás	105.746	105.583	163	46,71
	Alexania	20.047	15.935	4.112	2,23
	Buritis	20.396	13.868	6.528	1,15
	Cabeceira Grande	5.920	4.579	1.341	1,18
	Cabeceiras	6.758	4.904	1.854	0,50
	Cidade Ocidental	40.377	34.465	5.912	3,82
	Cocalzinho de Goiás	14.626	6.000	8.626	3,83
	Corumba de Goiás	9.679	5.597	4.082	0,57
	Cristalina	34.116	27.569	6.547	3,58
	Distrito Federal	2.051.146	1.961.499	89.647	2,80
	Formosa	78.651	69.285	9.366	3,06
	Luziania	141.082	130.165	10.917	6,74
	Mimoso de Goiás	2.801	1.186	1.615	(-3,22)
	Novo Gama	74.380	73.026	1.354	4,92
	Padre Bernardo	21.514	13.272	8.242	3,02
	Pirenopolis	21.245	12.475	8.770	0,09
	Planaltina	73.718	70.127	3.591	7,03
	Santo Antonio do Descoberto	51.897	48.398	3.499	5,55
	Unai	70 033	55 549	14 484	1,50
	Valparaíso de Goiás	94.856	94.856	-	7,09
	Vila Boa	3.287	2.702	585	1,50
	Total	2.888.163	2.704.300	183.863	
	Fonte: Censo demográfico 1991: resultados do universo: microdados.				
	Rio de Janeiro: IBGE, 2002. 7 CD-ROM; IBGE, Censo Demográfico 2000.				
	Taxa de crescimento = (((Pop2000 / Pop1991)^ (1/n)) - 1) *100				

Contudo, o Entorno oferecia lotes em condições diferentes as proporcionadas no DF, pois havia facilidades de pagamento e um preço acessível às camadas da população de baixa renda. O fluxo migratório direcionou-se para os municípios vizinhos a Brasília e moradores do DF também migraram para esses municípios. A taxa de crescimento da população no Entorno, na chamada periferia imediata[7] foi de 9,16% ao ano, na década de 1980, e de 8,30% ao ano na década posterior. No mesmo período, o crescimento do DF foi de 2,84% e 2,8% respectivamente.

O cenário mostrado no parágrafo anterior, no qual há um redirecionamento do fluxo migratório do DF para o seu Entorno, resultou no surgimento de novos municípios, que se desmembraram dos mais antigos[8]. Surgiram novas localidades com uma população relativamente

[7] Segundo informações do IBGE apud Caído. A periferia imediata corresponde aos municípios de: Águas Lindas de Goiás, Cidade Ocidental, Luziânia, Novo Gama, Planaltina de Goiás, Santo Antônio do Descoberto e Valparaíso de Goiás.

[8] É o caso dos municípios de Cidade Ocidental, Novo Gama e Valparaíso de Goiás desmembrados de Luziânia; Águas Lindas de Goiás desmembrado de Santo Antônio do Descoberto; Vila Boa desmembrado de Formosa e Cabeceira Grande desmembrado de Unaí.

elevada já em meados dos anos de 1990, mas os municípios não proviam de elementos importantes para as respectivas populações. Primeiramente, a falta de opções de emprego no local de residência, obrigou e ainda obriga os moradores do Entorno a procurar emprego no DF. Em segundo lugar, as novas localidades não possuíam, em sua maioria, infra-estrutura básica e social como rede de água potável, saneamento básico, sistema hospitalar e educacional suficientes para atender a população local. Todas essas lacunas urbanas das cidades do Entorno proporcionam pressão sobre os equipamentos e serviços ofertados no Distrito Federal. Esse quadro acentua a procura, principalmente por empregos e assistência hospitalar no DF e suas localidades.

Dentro do quadro de migração intrametropolitana constitui-se um cenário de migração pendular entre os municípios do Entorno (cidades dormitório) e as localidades do DF. A maior parcela das pessoas que fazem essa 'transumância' diária, buscando a própria sobrevivência, trabalha em empregos que requisitam mão-de-obra de baixa qualificação ou conquista suas rendas no mercado informal. Outros procuram as cidades do DF e Brasília para ter acesso aos equipamentos de saúde e educação.

O uso dos equipamentos urbanos no Distrito Federal

Uma das formas mais claras de se segregar uma sociedade é não ofertando aparatos de infra-estrutura básica e equipamentos sociais nas localidades mais carentes e de população de baixa renda. Em contraposição, o Estado, principal agente fornecedor de estrutura social, prefere investir em infra-estrutura para outras parcelas da sociedade, em beneficio para industriais, empresários e agentes econômicos diversos. A esse respeito Santos (1979, p.130) afirmava que:

> "A criação de infra-estrutura é uma maneira de financiar indiretamente (e às vezes diretamente, em função do nível de corrupção dos planificadores ou dos funcionários) a implantação das indústrias modernas. Sem dúvida, é necessário distinguir as infra-estruturas indispensáveis à modernização de um Estado daquelas que são criadas com o objetivo deliberado de atrair investimentos".

Esse fenômeno não ocorre somente nos setores produtivos de um país, mas no próprio cotidiano social, no espaço urbano, onde a área mais nobre recebe os maiores investimentos em infra-estrutura, inclusive em relação aos equipamentos urbanos. Nota-se que os bens coletivos e os respectivos serviços urbanos reproduzem a configuração socioeconômica de um lugar. O estudo de Queiroz (2004), sobre a distribuição socioespacial dos equipamentos urbanos em Brasília e na região do Entorno, demonstra que a espacialidade de tais aparatos sofre duas distinções: a primeira está relacionada à conjuntura interna, ou seja, aos equipamentos urbanos do Distrito Federal, no qual existe um número maior e onde há uma melhor qualidade nos serviços educacionais e de saúde, mas que sofrem uma sobrecarga, pois há uma enorme quantidade de pessoas que utiliza tais serviços. A segunda está relacionada ao exterior geográfico do DF, no qual a dependência dos moradores do Entorno em relação ao sistema de saúde de Brasília é enorme (**ver figura 3 no anexo)**. Contudo, em contraposição, a procura dos equipamentos educacionais não é tão acentuada, fato que ocorre pela necessidade dos jovens trabalharem para ajudar nas despesas de suas casas e conseqüentemente na redução no número

de pessoas que freqüentam o ensino médio. Os dados da tabela 2 mostram a procura por atendimento hospitalar na região do Entorno do Distrito Federal[9].

Tabela 2
Procura por hospitais públicos – Municípios do Entorno por Região - 2003
Em %

Locais	**Hospitais Públicos**			
	Total	Região I	Região II	Região III
Distrito Federal	51,2	67,6	18,8	22,2
Entorno	47,3	31,7	78	75,4
Outros Locais	1,5	0,7	3,2	2,4
Distrito Federal e Entorno	0	0	0	0
Total	100	100	100	100

Fonte: SEPLAN/CODEPLAN - Perfil Sócio-econômico dos moradores da RIDE -2003

No Entorno, a espacialização dos equipamentos urbanos demonstra a histórica falta de compromisso dos atores locais, estaduais, nacionais e do vizinho DF com esse espaço. O número de escolas parece ser suficiente para atender ao número de matrículas, principalmente no ensino fundamental. A região se encontrava no ano de 2000 com 649 estabelecimentos desse nível de ensino, tendo efetivado 191.641 matriculadas. Porém, com famílias de baixa condição socioeconômica, a continuação dos estudos torna-se inviável para muitos. Esse é o principal motivo pelo número elevado de pessoas que não conseguem chegar ao ensino médio. A região possuía no ano 2000 um total de 69 colégios de ensino médio, porém o número de matriculados foi de 35.586 pessoas[10]. Em relação à procura por estabelecimentos de ensino no DF, o número de pessoas que buscam este serviço não é tão significativo em relação aos hospitais.

Tabela 3
Procura por estabelecimento de ensino - Municípios do Entorno por Região - 2003
Em %

Locais	**Estudo**			
	Total	**Região I**	**Região II**	**Região III**
Distrito Federal	7,9	10,7	2,4	1,5
Entorno	86,8	82	96,4	97,3
Outros Locais	5,2	7,3	0,9	1,1
Distrito Federal e Entorno	0,1	0	0,2	0,1
Total	100	100	100	100

Fonte: SEPLAN/CODEPLAN - Perfil Sócio-econômico dos moradores da RIDE -2003

[9] Nas tabelas de número 2 e 3 apareceram uma sub-divisão da Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (RIDE) elaborada pela Secretaria de Planejamento e Coordenação do Distrito Federal (SEPLAN). A pesquisa intitulada ***Brasília e sua Região Polarizada*** classificou os municípios segundo o teor de polarização exercido pela Capital Federal. Os municípios estão distribuídos da seguinte maneira, **Região I** – alta polarização: Águas Lindas de Goiás, Cidade Ocidental, Luziânia, Novo Gama, Santo Antônio do Descoberto e Valparaíso de Goiás; **Região II** – média polarização: Abadiânia, Alexânia, Cocalzinho de Goiás, Cristalina, Formosa e Planaltina de Goiás e; **Região III** – baixa polarização: Água Fria de Goiás, Buritis, Cabeceira Grande, Cabeceiras, Mimoso de Goiás, Padre Bernardo, Pirenópolis, Unaí e Vila Boa.

[10] Dados sobre educação obtidos na pesquisa do Ministério da Educação, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais - INEP -, Censo Educacional 2000.

O modelo de urbanização que Brasília adotou não conseguiu medir suas conseqüências e os seus limites espaciais, permitindo que se criasse uma segregação socioespacial igual a de outras localidades do país. A distribuição dos equipamentos urbanos apenas demonstra uma faceta de toda estrutura social criada em Brasília. Hoje, a perversidade da segregação está concentrada na região do Entorno, principalmente nas localidades com menos equipamentos urbanos, obrigando a população a se deslocar até o DF em busca de soluções para as suas necessidades. Um dos reflexos de todo o problema está na violência crescente em toda região. Esforços, como a cooperação intermunicipal, visando à inserção de toda sociedade em um espaço socialmente justo é imprescindível para a solução de questões que surgiram com o processo de urbanização da cidade.

Considerações finais

O processo de migração que ocorreu no Distrito Federal durante as três primeiras décadas de sua existência no planalto central, não cessa nas décadas posteriores como os dados oficiais do IBGE sugerem. O afluxo de pessoas foi redirecionado para os municípios da região do Entorno do DF. Paralelamente, surgiam novos municípios que serviram de moradia para esse contingente, estabelecido na região. Essas localidades não ofertavam empregos, sistema médico e educacional na proporção do crescimento das cidades. Mesmo com as pessoas morando fora do DF, um outro fluxo foi se constituindo aos poucos, buscando sanar as necessidades que não eram atendidas nas localidades de moradia do Entorno. Assim, formou-se um fluxo pendular na ‘região metropolitana’ de Brasília.

O uso dos equipamentos urbanos, principalmente os hospitais, é elevado pela população do Entorno de Brasília. Os serviços médicos são mais requisitados do que os serviços educacionais. A resposta para isso se dá pela própria condição socioeconômica da população, que começa a trabalhar ainda na infância para ajudar na renda familiar. O sistema hospitalar, por sua vez, tornou-se caótico devido à inexpressiva ampliação da rede e à pressão verificada pelas populações das regiões administrativas do DF e do Entorno.

Algumas tentativas de amenizar os problemas da população da região são adotadas, como os programas assistenciais dos governos estadual, distrital e o federal. Esses não conseguem atingir, na plenitude necessária, a população mais carente da região. São atitudes geralmente isoladas, sem a interação com os outros agentes responsáveis pela gestão do território metropolitano de Brasília e Entorno. São poucas as iniciativas conjuntas visando uma melhoria na condição social dos moradores dos municípios do Entorno do DF. Soluções para os problemas de atendimento médico, oferta de emprego e manutenção das crianças e adolescentes nas escolas públicas na região podem surgir por meio da aliança de forças, ou seja, quando as partes procuram se ajudar mutuamente. Um instrumento de administração municipal com essas características é a cooperação intermunicipal, caracterizada pela atuação em conjunto de municípios, por meio dela esses se ajudam na busca de soluções para os seus problemas comuns. Há vários modos de promovê-la, por exemplo, por meio de programas de consórcios intermunicipais. Também há possibilidade de adoção de programas de desenvolvimento local e regional.

Ao detectar problemas generalizados em municípios vizinhos, há possibilidade de ação conjunta entre eles visando uma solução para todos, que ocorra de uma forma menos onerosa para cada um. Os consórcios intermunicipais de saúde, já existentes em várias regiões do país, são exemplos de gestão da saúde pública de forma racional e com resultados efetivos. A construção de centros médicos em locais estratégicos entre os municípios facilita o acesso das populações vizinhas e ameniza os gastos do local com leitos e unidades altamente especializadas.

A criação de programas de desenvolvimento local e regional também ameniza alguns problemas que assolam vários municípios no país. A criação de emprego, por intermédio de uma exploração racional das potencialidades das localidades, diminui a dependência da população dos municípios com os grandes centros, como é o caso de Brasília e o seu Entorno. Para isso, alguns passos são necessários, como um planejamento em escala regional e local, estudos a respeito das condições sociais da população, das potencialidades existentes e das potencialidades possíveis de exploração, incluindo, logicamente, a execução dos planos visando o bem da coletividade.

Muitos problemas encontrados nos municípios brasileiros poderiam ser resolvidos por intermédio de ações conjuntas entre essas entidades. O fornecimento de equipamentos urbanos coletivos pode ser realizado por intermédio de programas de cooperação intermunicipal, diminuindo despesas e criando uma rede intermunicipal de ação contra os problemas que são comuns a todos os municípios de uma região. Essas são idéias também para o Entorno do Distrito Federal, no qual os agentes responsáveis pouco tem realizado para combater as desigualdades tão acentuadas na região.

Referência bibliográfica

CAMPOS, N. *A segregação planejada*. In: PAVIANI, A. (Org.). ***A conquista da Cidade – Movimentos populares em Brasília***. 2ª Ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.

GUIMARÃES, E. N. & LEME, H. J. C. *A Região Metropolitana de Brasília*. CAIADO, M. C. S. *A Migração Intrametropolitana e o Processo de Estruturação do Espaço Urbano na Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e do Entorno*. In: DANIEL, J.H. (Org.) et al. ***Migrações e Ambiente nas Aglomerações Urbanas***. Campinas: Núcleo de Estudos de População/UNICAMP, 2001.

LEME, H. J. C. *A espacialidade do desenvolvimento*: as cidades na Região Centro-Oeste. In: GONÇALVES, M. F. (Org.) et al. ***Regiões e cidades, cidades nas regiões – O desafio urbano-regional***. São Paulo: Editora Unesp, Anpur, 2003.

SANTOS, M. ***O espaço dividido – Os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos***. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1979.

SANTOS, M***. A urbanização brasileira***. São Paulo: Hucitec, 1993.

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO. **Brasília e sua Região Polarizada**. Brasília, 2003.

STEINBERGER, M. *Formação do aglomerado urbano de Brasília no contexto nacional e regional*. In: PAVIANI, A. (Org.).***Brasília – gestão urbana: conflitos e cidadania***. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1999.

QUEIROZ, E. P. ***Análise socioespacial do uso de equipamentos urbanos coletivos em aglomerações urbano-regionais: O caso da RIDE***. Brasília, 2004. Monografia de Graduação. Universidade de Brasília. Mimeo.

Anexos

Tabela 4
QUANTITATIVO E MÉDIA MENSAL DE ATENDIMENTOS A PACIENTES RESIDENTES FORA DO DF (Municípios da RIDE) - Janeiro a Dezembro - 2003

CIDADE	INTERNAÇÃO Total Geral		EMERGÊNCIA Total Geral	
	Quantidade Acumulada	Média Mensal	Quantidade Acumulada	Média Mensal
Abadiânia	-	-	-	-
Água Fria de Goiás	-	-	-	-
Águas Lindas de Goiás	3.028	252	53.496	4.459
Alexânia	80	7	650	54
Cabeceiras	45	4	228	22
Cidade Ocidental	1.707	142	11.525	961
Cocalzinho de Goiás	26	2	188	16
Corumbá de Goiás	-	-	-	-
Cristalina	156	13	1.129	94
Formosa	1.083	90	6.614	607
Luziânia	2.452	204	23.508	1.959
Mimoso	43	4	156	13
Novo Gama	5.468	455	52.832	4.402
Padre Bernardo	198	17	3.328	277
Planaltina	817	68	8.093	742
Santo Antônio do Descoberto	1.015	85	8.840	737
Valparaíso de Goiás	3.155	262	45.654	3.804
Vila Boa	7	1	148	14
Buritis	36	3	162	15
Cabeceira Grande	-	-	-	-
Unaí	275	23	1.086	91
TOTAL	19.591	1.631	217.637	18.266

Fonte: Relatórios Estatísticos Mensais das DRS - 2003

FIGURA 1

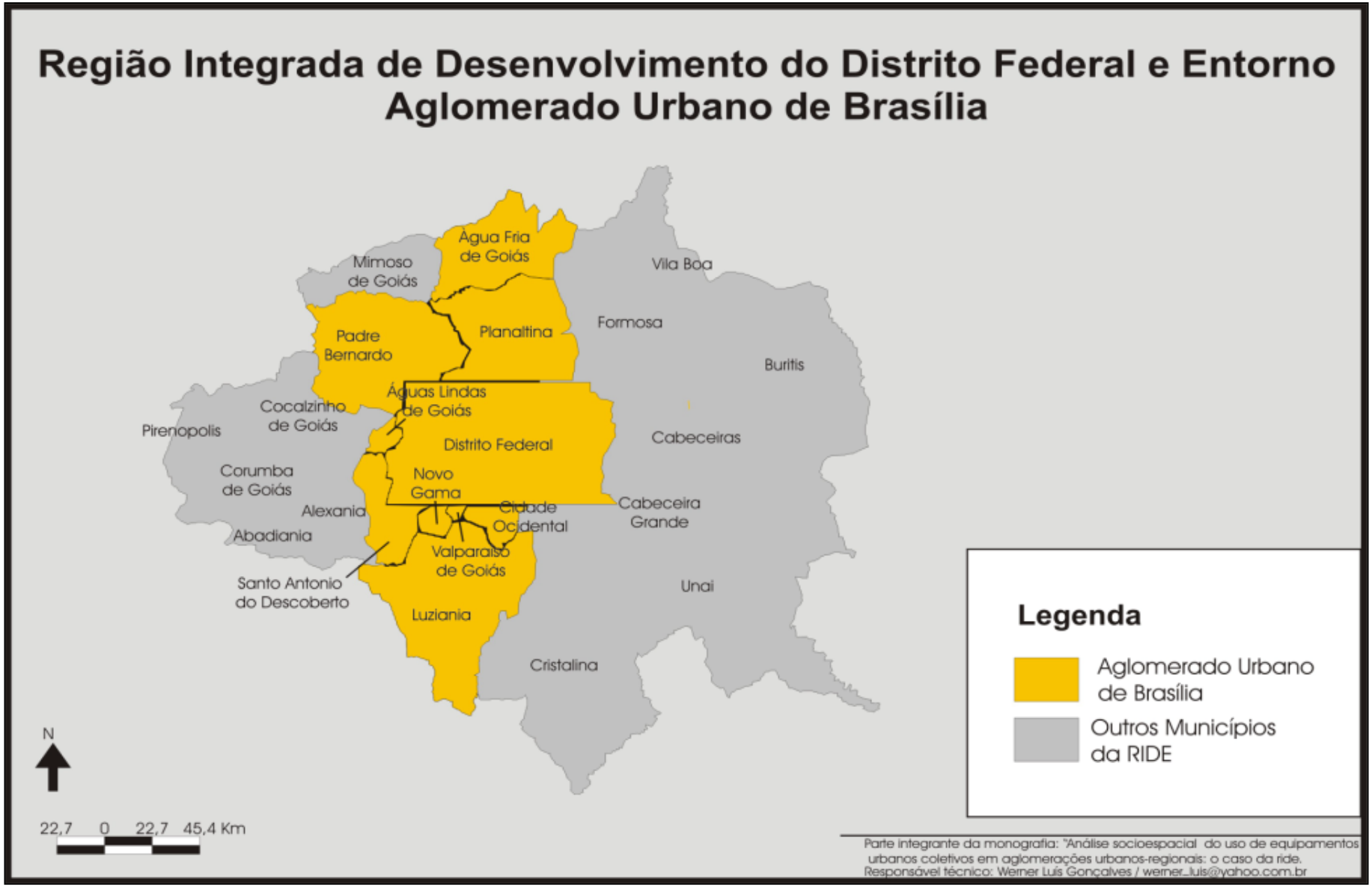

Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno
Aglomerado Urbano de Brasília
Água Fria de Goiás
Mimoso de Goiás
Vila Boa
Formosa
Padre Bernardo
Planaltina
Buritis
Águas Lindas de Goiás
Cocalzinho de Goiás
Pirenopolis
Distrito Federal
Cabeceiras
Corumba de Goiás
Novo Gama
Alexania
Cidade Ocidental
Cabeceira Grande
Abadiania
Valparaiso de Goiás
Santo Antonio do Descoberto
Unai
Luziania
Cristalina
N
22,7 0 22,7 45,4 Km
Legenda
Aglomerado Urbano de Brasília
Outros Municípios da RIDE
Parte integrante da monografia: "Análise socioespacial do uso de equipamentos urbanos coletivos em aglomerações urbanos-regionais: o caso da ride.
Responsável técnico: Werner Luis Gonçalves / werner_luis@yahoo.com.br

FIGURA 2

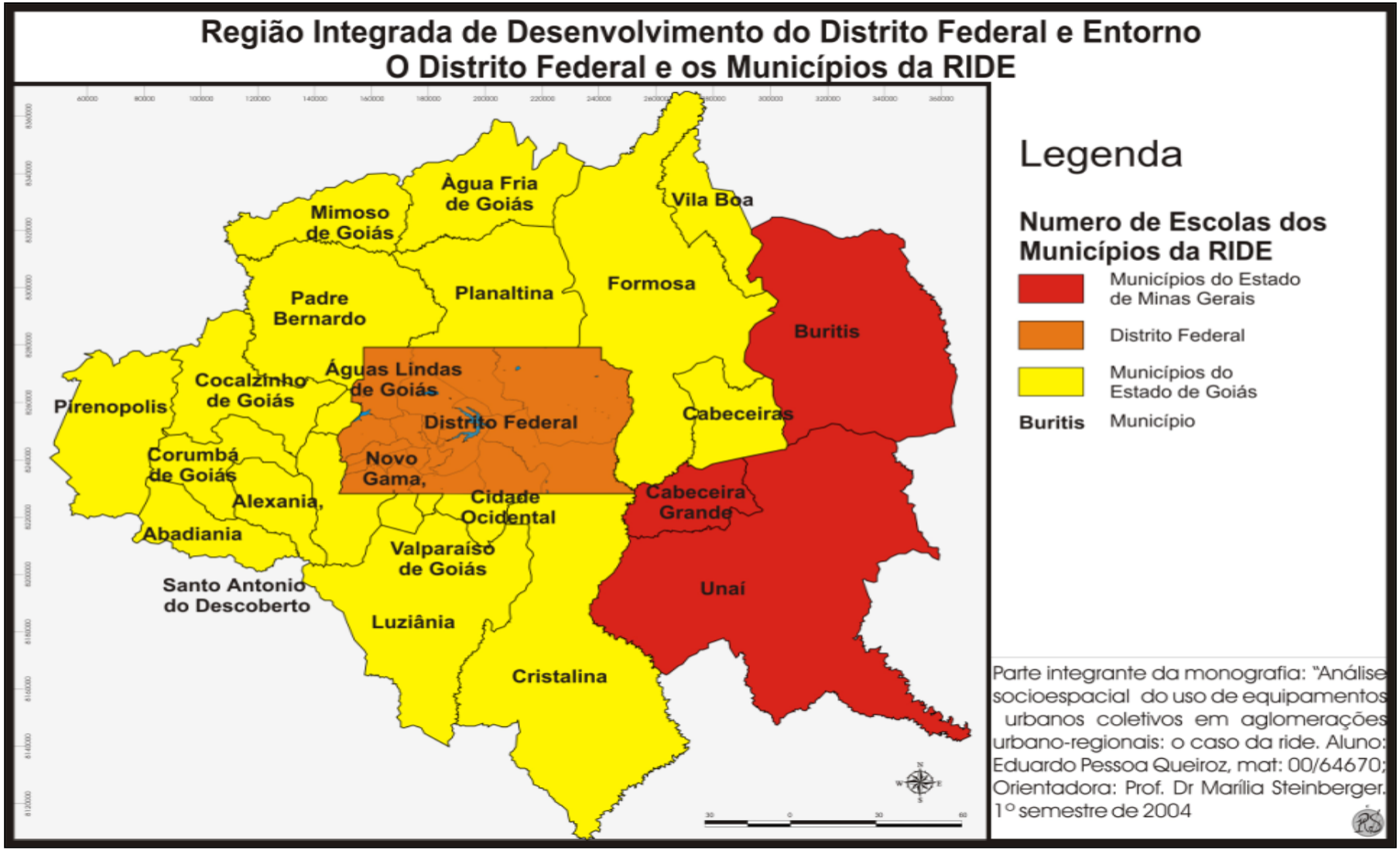
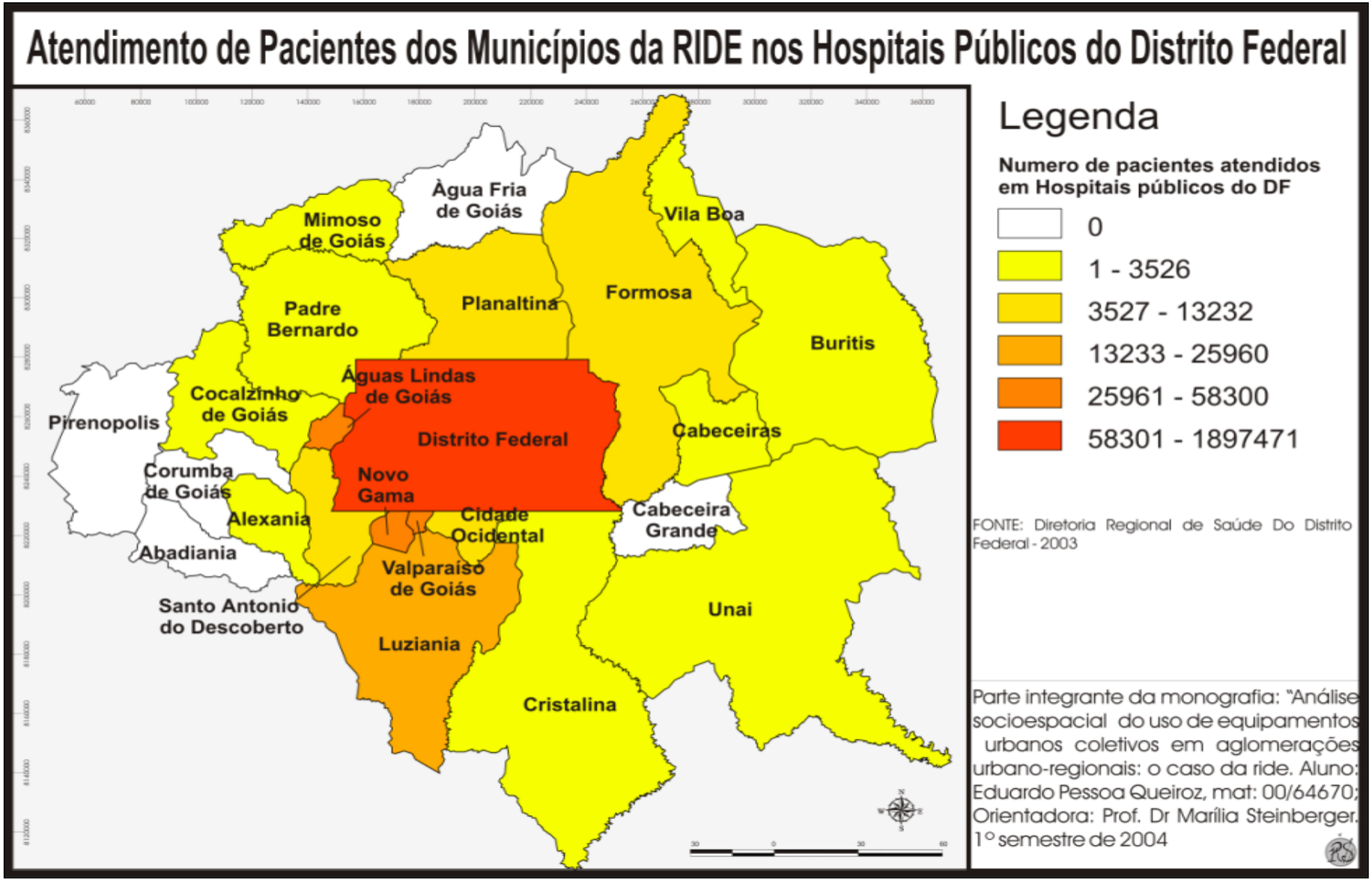

Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno
O Distrito Federal e os Municípios da RIDE
Água Fria de Goiás
Mimoso de Goiás
Vila Boa
Padre Bernardo
Planaltina
Formosa
Buritis
Águas Lindas de Goiás
Cocalzinho de Goiás
Pirenopolis
Distrito Federal
Cabeceiras
Corumbá de Goiás
Novo Gama,
Alexania,
Cidade Ocidental
Cabeceira Grande
Abadiania
Valparaíso de Goiás
Santo Antonio do Descoberto
Unaí
Luziânia
Cristalina
Legenda
Numero de Escolas dos Municípios da RIDE
Municípios do Estado de Minas Gerais
Distrito Federal
Municípios do Estado de Goiás
Buritis Município
Parte integrante da monografia: "Análise socioespacial do uso de equipamentos urbanos coletivos em aglomerações urbano-regionais: o caso da ride. Aluno: Eduardo Pessoa Queiroz, mat: 00/64670; Orientadora: Prof. Dr Marília Steinberger. 1º semestre de 2004

FIGURA 3


Atendimento de Pacientes dos Municípios da RIDE nos Hospitais Públicos do Distrito Federal
Água Fria de Goiás
Mimoso de Goiás
Vila Boa
Padre Bernardo
Planaltina
Formosa
Buritis
Águas Lindas de Goiás
Cocalzinho de Goiás
Pirenopolis
Distrito Federal
Cabeceiras
Corumba de Goiás
Novo Gama
Alexania
Cidade Ocidental
Cabeceira Grande
Abadiania
Valparaiso de Goiás
Santo Antonio do Descoberto
Unai
Luziania
Cristalina
Legenda
Numero de pacientes atendidos em Hospitais públicos do DF
0
1 - 3526
3527 - 13232
13233 - 25960
25961 - 58300
58301 - 1897471
FONTE: Diretoria Regional de Saúde Do Distrito Federal - 2003
Parte integrante da monografia: "Análise socioespacial do uso de equipamentos urbanos coletivos em aglomerações urbano-regionais: o caso da ride. Aluno: Eduardo Pessoa Queiroz, mat: 00/64670; Orientadora: Prof. Dr Marília Steinberger. 1º semestre de 2004